

As mulheres e bêbes vítimas do Zika foram esquecidos

Quando Pollyana de Oliveira, 28, deu à luz seu terceiro filho, ela não fazia ideia de que alguma coisa podia estar errada. Ela não teve nenhum problema durante a gravidez e nenhum ultrassom preocupante. Mas quando Luis Phillipe nasceu, sua cabeça era anormalmente pequena para o tamanho de seu corpo—não muito maior do que uma laranja. Ele tem [microcefalia associada a Zika](#), que deixa as crianças com crânios pequenos e cérebros malformados e frequentemente causa problemas graves de desenvolvimento.

[\(RIOONWATCH, 22/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Pollyana descobriu apenas depois que o que ela percebeu como uma gripe comum no 8º mês de gestação deve ter sido Zika. Naquele momento, em novembro de 2015, ninguém conhecia os efeitos que a doença poderia ter. Em comparação com outras doenças disseminadas pelo mosquito *Aedes aegypti*, como a dengue e chikungunya, os [sintomas pareciam até relativamente leves](#). Uma em cada cinco pessoas infectadas na verdade não apresentam sintoma nenhum.



Apenas alguns meses após o nascimento de Luis, na contagem regressiva para os [Jogos Olímpicos](#) no Rio de Janeiro, a Zika se tornou um assunto mundial: [fotos de bebês com cabeças pequenas](#) foram publicadas, empresas aéreas internacionais forneceram [advertências](#) quanto ao mosquito antes da

aterrissagem no Brasil e o [governo declarou um estado de guerra](#) contra o inseto. No auge da preocupação mundial sobre a epidemia de Zika no Brasil, 100 médicos e professores escreveram uma carta aberta à Organização Mundial da Saúde, pedindo que se [adiasse ou cancelasse os Jogos](#): “Fazemos este pedido apesar do fatalismo generalizado de que os Jogos no Rio 2016 são inevitáveis ou ‘muito grandes para dar errado’”, os [autores disseram na carta endereçada à Diretora Geral Margaret Chan](#). “Nossa maior preocupação é a saúde global. A cepa brasileira do vírus da Zika prejudica a saúde de formas que a ciência ainda não havia visto antes”.

Naquele momento, Pollyana pensou que poderia parecer um tanto exagerado, mas pelo menos o mundo parecia se preocupar. Agora ela mudou de ideia. Como muitas outras mães de crianças com microcefalia, ela sente que “ninguém se importa conosco”.



De acordo com a [política de assistência social](#) brasileira, as mães de crianças com deficiência, com uma renda abaixo de R\$220 por mês, têm direito a uma renda mínima de R\$880. Pollyana solicitou o benefício público há um ano, mas ela ainda não recebeu nenhum apoio.

O único apoio do governo que ela recebeu foi um pequeno apartamento em um conjunto habitacional do [Minha Casa Minha Vida](#) em Maricá, nos arredores de Niterói. Ela mora com seus três filhos, incluindo Luis, pagando cerca de R\$80 de aluguel por mês. Como cuidar de Luis exige tempo integral, Pollyana precisou deixar o emprego como recepcionista em uma discoteca. O pai de Luis está desempregado. Ele não mora com a família, embora visite

todos os dias.

Custa R\$14 apenas para chegar até Niterói por transporte público, então ela fica em casa a maior parte do tempo.



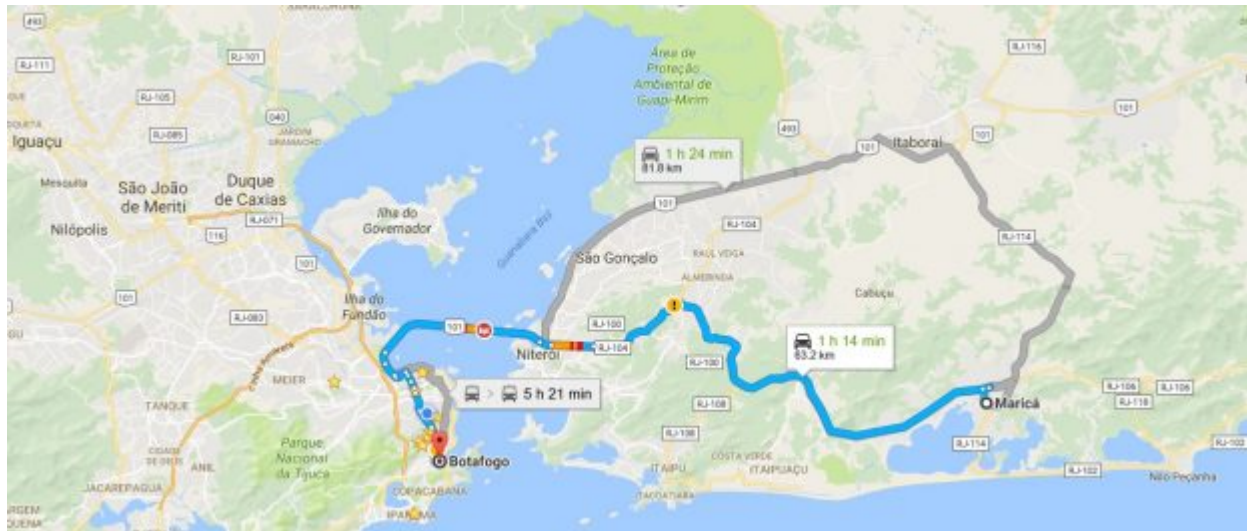
Famílias de baixa renda como a de Pollyana são as mais afetadas pela Zika e suas consequências. Áreas rurais empobrecidas e favelas urbanas [apresentaram a maioria dos casos](#) entre os 1638 casos de microcefalia relacionados a Zika no país no último ano. E as [mães solteiras estão carregando o fardo principal](#).

Mas Pollyana não se queixa. Em vez disso, ela encontra solidariedade e apoio em dois grupos do WhatsApp de mães de crianças com microcefalia. Um com 73 mães do Rio e arredores, outro incluindo mães por todo o Brasil. “Eu nem consigo ler todas as mensagens”, ela diz. “Algumas pessoas do grupo viraram amigas. Algumas não continuam no grupo quando seus filhos faleceram. Elas não aguentam ficar no grupo”.

Ela chama o filho de “meu príncipe”. Para ela, “ele é uma criança normal; a microcefalia é um detalhe só. Existem limitações, mas eu não diria que ele não vai conseguir superá-las”.

Para conseguir o tratamento médico do qual Luis precisa, Pollyana tem que fazer uma viagem de um dia, distante e cara, de cinco horas na ida e cinco na volta por transporte público. O único centro de saúde pública que lida com microcefalia é o [Instituto Fernandes Figueira](#) em Botafogo, na Zona Sul do Rio. Só o transporte custa R\$40 e ela precisa da companhia de alguém devido

às dificuldades para cuidar sozinha do bebê com microcefalia. Quando Luis era pequeno, ela ia duas ou três vezes por mês; agora, com menor frequência.



Mas para ter uma chance de aprender a sentar, pegar objetos e firmar a cabeça sozinho, Luis precisaria de fisioterapia regularmente. E para que isto aconteça, Pollyana teria que pagar. No sistema de saúde privado, uma hora de fisioterapia custa cerca de R\$400.

Quanto mais cedo Luis tenha acesso ao melhor tratamento, maiores seriam os benefícios a ele. Maria Elisabeth Moreira é uma pesquisadora no Instituto Fernandes Figueira. [Ela insiste na importância da facilitação precoce para crianças como Luis](#): “Temos uma janela de oportunidade para fazer alguma coisa por estas crianças no primeiro ano de vida, quando o cérebro está crescendo. Neste momento, uma área afetada pode ser substituída pelo crescimento de uma área normal por conta da neuroplasticidade. Essas crianças que nasceram durante a epidemia da Zika não são uma geração perdida. Nós temos algo para fazer por elas. Todas elas merecem ser acompanhadas e estimuladas para alcançar em sua plenitude as suas habilidades”.

Mas com crise econômica que o Brasil está sofrendo, o sistema de saúde pública está quase em colapso. [Maria Elisabeth Moreira diz](#) que “foram gastos milhões para o desenvolvimento de vacinas e na guerra contra o mosquito, mas as crianças afetadas foram esquecidas”.

Raio-x da ONU apresenta Brasil como país com ‘discriminação estrutural’

GENEBRA - Um país com uma discriminação estrutural, intolerante, com altas taxas de violência e até com seu caráter secular ameaçado por pressões de grupos e bancadas religiosos dentro da política. Esse é o panorama que relatores da ONU traçam sobre Brasil, no momento em que o governo começa se preparar para ser sabatinado nas Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos no País.

[\(O Estado de S. Paulo, 20/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Governos de todo o mundo são obrigados a passar por uma Revisão Periódica Universal, um mecanismo criado nas Nações Unidas para examinar todos os aspectos de direitos humanos nos países de forma regular.

Para se preparar para o questionamento, a entidade elaborou um raio-x completo sobre a situação brasileira nesse período desde o último exame do País, em 2012. No documento, ela compila os resultados de investigações de relatores independentes, grupos de especialistas e missões realizadas no País nos últimos cinco anos. As conclusões apontam para sérias violações.



Nações Unidas examina aspectos de direitos humanos nos países /Foto: REUTERS/Mike Segar

Uma das preocupações dos relatores da ONU se refere à situação da discriminação e desigualdade “estruturais” na sociedade. Apesar de diversos avanços sociais, o informe insiste que “milhões de pessoas continuam a viver em ambientes insalubres, sem acesso à água e saneamento”. Os maiores problemas estariam nas regiões Norte e Nordeste. No caso da saúde, o relatório também aponta como “desigualdades impedem que as populações mais vulneráveis tenham acesso efetivo aos tratamentos de saúde”.

Segundo a entidade, relatores alertaram para a situação dos homossexuais no País. De acordo com o informe, ainda que o Brasil “não criminalize atos homossexuais, relatos indicam que ele tem um dos maiores níveis de violência contra lésbicas, gays e bissexuais”.

Os relatores afirmam estar preocupados com a remoção de estratégias que tinham como objetivo eliminar a discriminação baseada na orientação sexual e raça de planos educacionais em alguns Estados. “O Brasil não tomou medidas necessárias para combater a discriminação estrutural contra esse grupo”, alertou.

Se o Brasil adota uma postura de liderança no cenário internacional quando fala dos direitos dos homossexuais, a ONU alerta que a realidade doméstica ainda é de problemas. “O Congresso criou desafios adicionais aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais”, indicou. Segundo a entidade, ganha apoio entre deputados e senadores ideias que excluam esse grupo do conceito de estatuto da família, enquanto chega a ser proposto o dia do orgulho heterossexual.

Religião. Essas propostas no Congresso também apontariam para outro fator que vem preocupando os relatores da ONU: “a dominância cada vez maior de certos grupos religiosos e que sua concentração no poder podem ter um impacto negativo sério no caráter secular do Estado brasileiro”.

O documento cita iniciativas legislativas e até de emendas constitucionais dando mais poder a associações religiosas e a possibilidade de desafiar a constitucionalidade de certas leis.

O relatório não cita os nomes dos grupos religiosos envolvidos nessa concentração de poder. Mas indica que a entidade está ainda preocupada com “o assédio, intimidação e até violência contra pessoas de religiões afro no Brasil, incluindo a vandalização de locais de culto”.

No documento que serve de referência para o informe que será apresentado em maio, a ONU usa os dados coletados pela relatora especial Rita Izsák. Em seu levantamento de fevereiro de 2016, ela aponta como membros de religiões afro tem visto os grupos evangélicos como uma ameaça à liberdade religiosa. “Muitos frequentadores de terreiros apontam que são assediados por evangélicos, incluindo por esforços de conversão agressiva e a distribuição de panfletos em locais de culto”.

Negros. Um dos temas centrais que será debatido na sabatina é a violência “generalizada” e muitas vezes cometidas pela Polícia Militar e forças de segurança contra minorias. Mas nos dados compilados, a entidade deixa claro que está preocupado com a dimensão racial dessa violência. “Dos 56 mil homicídios que ocorrem a cada ano, 30 mil envolvem vítimas de 15 a 29 anos de idade, dos quais 77% são afro-brasileiros”, diz.

Usando outro dado do Grupo de Especialistas sobre Povos de Descendência Africana, o informe alerta para o foco excessivo da violência policial contra negros. O mesmo grupo ainda destaca que essa mesma população está “sobre-representada em empregos de baixa qualificação e nas prisões”. O informe também denuncia o número baixo de mulheres negras em posições de poder e a “desigualdade persistente em termos de acesso a empregos”.

No que se refere à pobreza, o documento aponta que ainda são os afrodescendentes os mais afetados. De 16 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, 70% são negros.

Os relatores da ONU admitiram que houve um progresso econômico “significativo” no Brasil nas últimas décadas. “Mas enquanto programas como Minha Casa, Minha Vida e Bolsa Família ajudaram muitas das comunidades, a desigualdade para afro-brasileiros continuou”.

O que preocupa ainda os relatores da ONU é que os planos de congelar gastos públicos por 20 anos são “incompatíveis com as obrigações de direitos humanos do país”, principalmente diante desse cenário ainda de desigualdade.

Uma situação de desigualdade também é registrada na educação. De acordo com o informe, 64% dos afrobrasileiros não completam a educação básica. Segundo a Unesco, ainda que o Brasil tenha aumentado de forma “significativa os investimentos em educação na última década, o País ainda enfrenta desafios maiores no financiamento da educação”.

O relatório também aponta que “ainda que ações afirmativas tenham sido implementadas com sucesso no Brasil, as desigualdades raciais persistem no sistema educacional”. “Se as cotas inicialmente permitiram o acesso à educação universitárias, os custos associados a isso ainda tornam a educação difícil aos estudantes”, aponta. Com base nos informes do Grupo de Trabalho, o relatório aponta que existem ainda preocupações sobre o treinamento de professores e a oposição a ensinar a cultura afrobrasileira nas escolas.

Outro grupo que sofre também são os indígenas. Para os relatores da ONU, existe um “fracasso do estado em proteger as terras desses povos de

atividades ilegais”, enquanto os cortes de orçamento na Funai podem representar uma ameaça.

Tortura. Na sabatina, o governo brasileiro ainda terá de responder pela situação das prisões brasileiras. De acordo com o informe, existe um “consistente e repetido” cenário de tortura por parte da polícia, além da falta de independência de institutos médicos forenses.

Em um esforço para lidar com a crise nas penitenciárias, os relatores da ONU sugerem a ampliação de penas alternativas. “A falta de saneamento e superlotação transformaram as prisões em locais onde a prevenção de doenças é um desafio permanente”, disse.

Lembrando de massacres em prisões em janeiro deste ano, o documento também aponta como os relatores estão “profundamente preocupados com os incidentes de extrema violência, incluindo homicídios, entre detentos”.

“Extrema pobreza entre negros reduziu quase 72%”, diz ministra Nilma Lino

(Portal Brasil, 01/04/2016) *“Entre os beneficiários do Minha Casa Minha Vida, 71% são negros”, destacou a ministra das Mulheres, Igualdade Racional e Direitos Humanos*

Mudanças na vida da população negra do País nos últimos 13 anos promovidas pelas políticas afirmativas do governo foram apresentadas pela ministra das Mulheres, Igualdade Racional e Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, em evento no Palácio do Planalto. Ela participou da assinatura de Atos de Reforma Agrária e Comunidades Quilombolas nesta sexta-feira (1º).

Segundo a ministra, de 2003 a 2014, a situação de extrema pobreza que atinge as populações negras reduziu quase 72%. Programas como o Bolsa Família contam com 73% dos beneficiários negros, dos quais 68% são famílias chefiadas por mulheres.

“Sabemos que temos um longo caminho para percorrer para superar o racismo enquanto desigualdade estrutural. Mas não podemos negar, nós estamos avançando”, disse Nilma.

Ela disse ainda que o acesso à moradia também foi ampliado à população negra. “Entre os beneficiários do Minha Casa Minha Vida, 71% são negros. E entre os beneficiários do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), 68% se autodeclararam negros e pardos”.

A ministra disse ainda que, no campo, mais de 166 mil famílias chefiadas por negros e negras hoje recebem apoio governamental para ampliar a produção agrícola e melhorar a renda.

Sobre as comunidades quilombolas, Nilma disse que, entre os anos de 2005 e 2015, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou 208 relatórios técnicos de identificação e delimitação de terras quilombolas. No mesmo período, foram publicadas 107 portarias de reconhecimento dessas comunidades, 77 decretos de desapropriação e 29 títulos de propriedade, contemplando cerca de 30 mil famílias em todo o País.

A ministra destacou a Lei de Cotas 12.711, que garantiu o acesso ao ensino superior a aproximadamente 150 mil estudantes negros em todo o País. “As universidades públicas federais e os institutos federais de Ensino Superior garantiram e ganharam em diversidade e qualidade, com destaque para as boas notas dos alunos cotistas e dos baixos índices de desistência deles”, disse Nilma.

Por fim, a ministra falou da Lei 12.990, que prevê a reserva de 20% das vagas nos concursos públicos federais para pessoas que se autodeclararam pretas e pardas. Desde o início da sua vigência, em 2014, mais de três mil pessoas negras e pardas ingressaram no serviço público, em levantamento até dezembro de 2015.

“Isso significa uma mudança estrutural no perfil étnico-racial da administração pública federal”, concluiu.

Acesse no site de origem: [“Extrema pobreza entre negros reduziu quase 72%”, diz ministra Nilma Lino \(Portal Brasil, 01/04/2016\)](#)

Gestoras enviam carta à presidenta Dilma em defesa da SPM como ministério

(Agência Patrícia Galvão, 23/09/2015) O Fórum Nacional de Gestoras de Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres e o Fórum Nacional de Gestoras Estaduais do Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher divulgaram carta aberta enviada nesta terça-feira à presidenta Dilma Rousseff. As gestoras defendem a manutenção do status de ministério da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e manifestam preocupação com a extinção da pasta ou incorporação a outros órgãos.

Leia abaixo a íntegra da carta:

Brasília, 22 de setembro de 2015.

Carta Aberta

À

Ilustríssima Presidenta da República

Dilma Rousseff,

O Fórum Nacional de Gestoras de Organismos Estaduais de Políticas para as

Mulheres e o Fórum Nacional de Gestoras Estaduais do Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher vêm, mui respeitosamente, expressar seu apoio à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e seu desejo de que esta Secretaria não perca o seu status de Ministério.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres é uma conquista das mulheres brasileiras, que teve início no ano de 2003, por meio da Medida Provisória 103/2003, que transformou a antiga Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à presidência da República.

De 2003 até hoje foram 15 anos de muitas conquistas, construindo políticas em áreas variadas, dando vez e voz às mulheres em todas as expressões de nossa diversidade: mulheres do campo, da floresta e das águas; mulheres negras, indígenas e quilombolas; mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais; mulheres com deficiência; mulheres jovens e idosas; mulheres trabalhadoras, empregadas domésticas, sindicalistas, estudantes; mulheres que sofrem e sofreram violências; mulheres em toda a sua pluralidade.

Nestes 15 anos tivemos conquistas muito significativas, como os Planos de Políticas para as Mulheres, agora em sua terceira edição, a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, o Programa Pró-equidade de Gênero, o Ligue 180 e tantas outras, de grande importância.

A SPM também um papel fundamental na interlocução com outras pastas e na inserção da perspectiva de gênero em diferentes políticas públicas federais. Essa influência se faz sentir no Bolsa Família, no Programa Minha Casa Minha Vida e no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento -, que hoje contemplam as mulheres e atendem demandas específicas desta população.

Outra função importante da SPM é o incentivo aos governos estaduais e municipais para que sejam criados Organismos de Políticas para as Mulheres locais, o que tem alavancado as políticas públicas para as mulheres de Norte a Sul do país. Se em 2013, ano de criação da SPM, estes organismos não chegavam a 20 em todo o Brasil, atualmente somos mais de 700 organismos,

trabalhando dia a dia pela redução das desigualdades entre mulheres e homens.

Por toda essa trajetória, podemos dizer que a SPM é a nossa voz no poder público federal, zelando por nossos direitos, instituindo nossas conquistas e avançando a cada dia para que mais e mais brasileiras possam desfrutar de uma sociedade com equidade de gênero. Por isso, queremos manifestar nossa preocupação com as notícias de uma possível extinção da SPM ou de sua incorporação a outras pastas ministeriais.

Temos ciência da necessidade de adotar medidas para o controle e contenção das despesas públicas e sabemos que estas são medidas difíceis de serem tomadas e que requerem muita atenção. No entanto, gostaríamos de pleitear que a SPM não fosse desarticulada e que não fosse anexada a nenhum outro ministério, sob pena de termos retrocessos e perdas de grande impacto para a vida das mulheres brasileiras, que historicamente sempre foram negligenciadas e ignoradas em suas demandas.

Na qualidade de gestoras estaduais, tememos também as repercussões dessa possível reconfiguração ministerial nas políticas para as mulheres nos estados e municípios. Certamente haverá uma onda de retrocessos que terá consequências nos trabalhos desenvolvidos em todo o país.

Diante de tudo que foi exposto, desejamos poder colaborar para que a SPM continue sendo uma Secretaria com status de Ministério, que permaneça forte e atuante em defesa de todas as mulheres e da equidade de gênero que tanto merecemos e esperamos.

Respeitosamente,

Fórum Nacional de Gestoras de Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres.

Fórum Nacional de Gestoras Estaduais do Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Governo reforça titularidade das mulheres em escrituras do Minha Casa Minha Vida

(Portal Planalto, 01/06/2015) Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres destaca a inclusão de gênero em programas sociais; mulheres separadas podem adquirir imóvel mesmo sem a assinatura do cônjuge

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Eleonora Menicucci, entregou pessoalmente algumas das chaves das 423 unidades do Conjunto Habitacional Nicola Cortez, do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), em cerimônia de lançamento de residencial nesta segunda-feira (1º), em Bragança Paulista, interior de São Paulo.

Após a cerimônia, a ministra destacou a importância da titularidade das casas estar nas mãos de mulheres. Atualmente, as mulheres são proprietárias em 89% das moradias do programa federal.

“Foi muito bonito perceber hoje a aceitação dessa política e ter a certeza de que está abrindo a porta para as mulheres. Elas (...) estão encontrando a cidadania a medida que adquirem a propriedade daquela casa”, declarou a ministra. “Essa é uma questão do governo essencial para inclusão de gênero em todas as atuais políticas públicas.”

Além de terem preferência feminina na escritura das casas entregues (especialmente as mães), desde 2012, o Minha Casa Minha Vida 2 prevê que mulheres separadas podem adquirir um imóvel mesmo sem a assinatura do cônjuge ou no caso em que não houve divórcio judicial. Essa modalidade é limitada às famílias com renda mensal de até três salários mínimos. A exceção só acontece quando o pai tiver a guarda exclusiva dos filhos. Somente neste caso, o marido ficará com o imóvel após a separação.

“Nós temos ações que visam reforçar a autonomia da mulher”, afirmou a presidenta Dilma Rousseff, em fevereiro, na inauguração da primeira Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande (MS), ao lembrar que as mulheres representam 93% da titularidade do Bolsa Família. Segundo ela, isso “reforça a autonomia das mulheres, e que foi importante para empoderar as mulheres mais pobres do nosso País”. “No caso das famílias de mais baixa renda, que é a maioria, temos até agora 89% das moradias tendo as mulheres como proprietárias, porque o Minha Casa Minha Vida tem o objetivo de reforçar a estrutura familiar”, disse a presidenta.

Sobre o residencial paulista

O empreendimento de Bragança Paulista (SP) recebeu investimentos da ordem de R\$ 42,3 milhões do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) – fundo do governo federal, que recebe recursos transferidos do Orçamento Geral da União para viabilizar a construção de unidades habitacionais – e do programa Casa Paulista, do governo do estado de São Paulo.

De acordo com o Ministério das Cidades, mais de 2,26 milhões de imóveis já foram entregues pelo Minha Casa Minha Vida no País, 399 mil deles apenas no estado de São Paulo.

Localizado no bairro Henedina Cortez, o conjunto é formado por seis condomínios, num total de 25 blocos, com 400 aptos e 23 casas em loteamento. Avaliadas em R\$ 85 mil, as unidades de 39,5 metros quadrados têm dois quartos e revestimento cerâmico em todos os ambientes.

A infraestrutura do empreendimento inclui estacionamento, salão de festas, quiosque, área de lazer com brinquedos infantis. Todas as 423 moradias permitem adaptação para portadores de deficiência.

Mais entregas em São José dos Campos

Nesta segunda-feira (1^o), outras 528 famílias com renda de até R\$ 1,6 mil mensais também receberam as chaves dos apartamentos pertencentes aos residenciais Colônia Paraíso 1 e 2, localizados no Parque dos Ipês, zona sul de São José dos Campos (SP).

As unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida contabilizam investimentos totais de R\$ 47,5 milhões do Fundo de Arrendamento Residencial e do programa Casa Paulista, do governo de São Paulo.

Durante a cerimônia de entrega, a presidente da Caixa, Miriam Belchior, presente no evento, lembrou que já foram contratadas 3,7 milhões de moradias em todo Brasil e que 1,6 milhão de unidades está em fase de construção neste momento.

Belchior ainda ressaltou que os residenciais de São José dos Campos estão localizados em um bairro com toda a infraestrutura necessária, uma das exigências do Minha Casa Minha Vida. “Casa é fundamental, mas é igualmente fundamental ter perto todos os serviços”, frisou Miriam Belchior.

A maioria das famílias beneficiadas pelo programa trocou moradias em área de risco por condomínios com infraestrutura completa (rede de água, esgoto, energia elétrica e pavimentação) e lazer com salão de festa e quadra poliesportiva.

Terceira fase do programa

Após superar todas as metas das duas primeiras fases, o programa Minha Casa Minha Vida está prestes a entrar em sua terceira fase, que contemplará mais de 3 milhões de moradias.

No final de junho ou mais provavelmente no início de agosto, o governo federal encaminhará ao Congresso Nacional a Medida Provisória para lançar a terceira etapa do programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o ministro das Cidades, Gilberto Kassab — [em entrevista ao vivo no programa Bom Dia Ministro](#) -, as primeiras contratações da nova fase estão previstas para iniciar em outubro deste ano.

As duas primeiras fases contabilizaram 3,8 milhões de habitações contratadas (até janeiro de 2015) em mais de 5,3 mil cidades de todo o País, índice que representa mais de 95% de todos os municípios brasileiros.

Acesso à casa própria

Criado em 2009, o Minha Casa Minha Vida incentiva a produção e aquisição de novas unidades habitacionais tanto nas grandes cidades quanto no interior de todos os estados. Atualmente, o programa é dividido em três faixas de renda:

Faixa 1 - **Famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00.**

Faixa 2 - **Famílias com renda mensal bruta de até R\$ 3.275,00.**

Faixa 3 - **Famílias com renda mensal bruta acima de R\$ 3.275,00 até R\$ 5 mil.**

Entre os aperfeiçoamentos em curso para a terceira etapa do programa, haverá a inclusão de uma faixa intermediária, para contemplar as pessoas que não se enquadravam na categoria de mais baixa renda, mas não tinham condições financeiras de aderir às regras do nível seguinte. A faixa 1, portanto, deixará de ter o limite de renda de R\$ 1.600 mensais para receber pessoas com ganhos de até R\$ 2.400 ao mês.

Portal Planalto com informações da Agência Caixa de Notícias, Ministério das Cidades e Secretaria de Comunicação da Presidência da República

Acesse no site de origem: [Governo reforça titularidade das mulheres em escrituras do Minha Casa Minha Vida \(Portal Planalto, 01/06/2015\)](#)

Haddad coloca gays e travestis na fila prioritária do Minha Casa Minha Vida, por Diego Zanchetta

(Blog Diego Zanchetta/ O Estado de S. Paulo, 31/10/2014) Uma resolução do Conselho Municipal de Habitação (CMH) definiu que gays em situação de violência, travestis moradoras em albergues e índios também podem ser beneficiados com prioridade nas unidades do Programa Minha

Casa Minha Vida construídas em São Paulo. A norma complementar ao projeto do governo federal, publicada hoje no Diário Oficial da Cidade, também permite incluir na fila prioritária do programa moradores em áreas limites de municípios vizinhos da capital paulista e idosos sozinhos com mais de 60 anos.

Leia mais: [*Sem lugar para morar, travestis vão parar em ocupações de São Paulo \(O Estado de S. Paulo, 31/10/2014\)*](#)

O objetivo das regras é incluir entre os beneficiários prioritários do programa centenas de gays e mulheres que sofreram ameaças ou violência doméstica e que são atendidos em albergues e moradias da Prefeitura. Dezenas de travestis que também moram nos abrigos municipais vão ter direito a tentar entrar no programa, desde que comprovem que está “oriunda de situação de rua”. São mais de 8 mil pessoas atendidas todos os dias nos 62 albergues, abrigos e casas de acolhimento do governo.

Prioritariamente, o programa definiu o atendimento para moradores em áreas de risco, mulheres que cuidam sozinhas da família e casais de baixa renda com filhos, conforme decreto de 2009 do governo federal. Não havia categorias específicas para priorizar o atendimento de gays e de travestis sozinhas e em situação de violência, por exemplo.

Segundo movimentos de moradia que também são parceiros na construção de unidades do Minha Casa Minha Vida na capital paulista, a pessoa que mora sozinha de aluguel (seja gay, solteiro adulto ou idoso) dificilmente consegue ser beneficiada.

Na resolução publicada hoje, o governo municipal também incluiu nesse rol de possíveis beneficiários do programa idosos sozinhos com mais de 60 anos, moradores na capital.

Ao todo, a gestão do prefeito Fernando Haddad (PT) está construindo na capital paulista 22 mil unidades do Minha Casa Minha Vida - a meta do governo é construir 55 mil até o final de 2016, para famílias que ganham menos de R\$ 1.600 mensais. O programa do governo federal previa que o município parceiro nas obras poderia editar normas complementares para

definir quem está em situação de vulnerabilidade na cidade.

APOIO

Fernando Quaresma, de 46 anos, presidente da Associação da Parada Gay de São Paulo, afirma que a iniciativa é inédita. “Era uma demanda antiga. A questão da violência começa inclusive dentro de casa, na família. Muitos gays expulsos da família em idade de faculdade ou de colégio não têm para onde ir. Essa violência não é só com quem está na rua apanhando”, afirmou Quaresma.

Ele disse que as travestis também não conseguem entrar no mercado de trabalho e muitos acabam indo morar nos albergues da Prefeitura. “Muitos gays formam hoje famílias de baixa renda e nunca conseguem entrar no programa”, acrescentou.

Na tenda da Secretaria da Assistência Social na Avenida Nove de Julho, na região central, é comum ver travestis da região dormindo e entrando para tomar banho.

“Muitas travestis participaram de invasões recentes para tentar conseguir o bolsa-aluguel (R\$ 500 mensais) e arrumar algum lugar para morar. Mas mesmo quem já recebe essa bolsa faz tempo não consegue apartamento do Minha Casa Minha Vida”, afirmou Adriana da Silva, de 39 anos, que trabalha na tenda da Prefeitura na Nove de Julho.

Acesse o PDF: [Haddad coloca gays e travestis na fila prioritária do Minha Casa Minha Vida, por Diego Zanchetta \(Blog Diego Zanchetta/ O Estado de S. Paulo, 31/10/2014\)](#)

Dilma mantém política para

mulheres de Lula, mas ainda busca assinatura na área

(iG, 19/05/2014) Primeira mulher presidente ainda não tem legado próprio, ao contrário de seu antecessor, que revolucionou a área, com a Secretaria de Políticas para Mulheres e a Lei Maria da Penha

Apesar de não surpreender no campo das políticas públicas para as mulheres, o governo de Dilma Rousseff deu continuidade e ampliou os programas da gestão Lula, mas ainda falta definir qual será o seu legado na área. A eleição da primeira mulher à Presidência do Brasil gerou a expectativa de que a pauta feminina seria ampliada “como nunca antes visto na história desse País”, mas a atuação de Dilma foi ofuscada pelo seu antecessor e padrinho.

No seu primeiro governo, Lula levou a questão feminina para o primeiro escalão, criando a Secretaria de Política para Mulheres (SPM), com status de ministério e orçamento próprio, e com a missão de trabalhar junto às outras pastas para por na prática às ações em prol das mulheres. Além da Secretaria, o ex-presidente é elogiado pela Lei Maria da Penha e a inclusão das donas de casa na Previdência. Dilma têm marcas significativas, como o Brasil Carinhoso e a PEC das Domésticas. O Minha Casa Minha Vida e a ampliação do programa Bolsa Família, os dois com a mulher como beneficiária, também são avanços, mas não tão revolucionários como o programa de combate a violência de Lula, também ampliado pela presidente.

Na avaliação de movimentos feministas, a secretaria ainda precisa encontrar formas para tornar realidade suas orientações às outras pastas. Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, diz que o status de ministério da SPM contribui para uma melhor eficiência na implementação das ações, pois influenciou na criação de órgãos semelhantes nos Estados e municípios, embora isso não seja suficiente. “Evidentemente, os órgãos precisam de mais verba, capacidade para execução das políticas públicas e trânsito entre os diferentes órgãos governamentais”, diz. “Mas quando olhamos o que foi definido há quase 20 anos, em Pequim, o Brasil se destaca

no cenário internacional.”

Priscilla Caroline Brito, cientista política e assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), aponta que muitas das políticas não são implementadas em todo o território nacional por problemas de execução. “A SPM, por exemplo, tem dificuldade de repassar o recurso das ações de enfrentamento à violência para os Estados e estes, por sua vez, tem problemas em prestar contas e executar a política”, diz.

Além da dificuldade em efetivar suas ações e de materializar os repasses propostos, dados da ONG Contas Abertas mostram que, em 2013, apenas 39,1% do orçamento da SPM foram desembolsados durante o ano, o equivalente a R\$ 81,5 milhões. O ano foi de contingenciamento no governo, e a Secretaria argumentou que “os empenhos ocorrem ao longo do ano, mas concentram-se no final de cada exercício, o que implica que os pagamentos das primeiras parcelas ocorram no início do ano subsequente”, ou seja, agora em 2014. Entretanto, a ONG diz que considerou os empenhos de 2012, pagos em 2013. Para este ano, o orçamento autorizado para a SPM é de R\$ 217,2 milhões, e as contas continuam em contingenciamento.

Plano Nacional de Políticas para Mulheres

Os objetivos práticos da secretaria estão reunidos no Programa Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), editado desde o primeiro governo Lula. O CFMEA também faz críticas ao direcionamento do plano. “Muitas das políticas para as mulheres no governo Dilma não promovem a autonomia das mulheres numa perspectiva de superação das desigualdades de gênero. No caso da Rede Cegonha, por exemplo, o objetivo principal era diminuir a mortalidade materna. No entanto, a política se limita ao atendimento neonatal. Não enfrenta o maior problema da questão da mortalidade materna, que é o abortamento inseguro”, afirma Priscilla.

A entidade já havia apontado o problema em 2010, no artigo “Avanços e recuos nas políticas de promoção da igualdade e direitos para as mulheres”, uma análise dos oito anos do governo Lula, escrito pela socióloga Guacira de Oliveira. Nele, há críticas quanto a falta de vontade política de outros órgãos, que não dão atenção às orientações da SPM, e quanto ao abandono da luta

pela descriminalização do aborto por causa da aproximação do governo do PT com “segmentos conservadores, fundamentalistas, religiosos, notadamente das igrejas católica e evangélica, tanto no que se refere a negação de direitos, quanto no que tange ao financiamento público”.

A aproximação conservadora barrou outros avanços na política de direitos reprodutivos, como a inviabilização da meta de “garantir a oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis para 100% da população feminina usuária do SUS”, por exemplo.

Avanços

Em 2013, Dilma surpreendeu em seu pronunciamento do Dia da Mulher ao fazer um alerta aos homens que “ainda insistem em agredir suas mulheres”: “se vocês agem assim por falta de respeito ou por falta de temor, não esqueçam jamais que a maior autoridade deste País é uma mulher”. A fala foi uma mensagem direta de que o combate à violência continua prioridade e, para incrementar o programa, ela anunciou a criação de um centro especializado em atendimento à mulher por Estado, as casas da mulher brasileira, do programa Mulher Viver Sem Violência, com custo de R\$ 305 milhões. Até agora, o programa realizou entregas parciais, mas ainda não concluiu nenhum dos novos centros que oferecerão uma estrutura para receber as mulheres vítimas de violência desde o primeiro atendimento até a capacitação profissional, integrada ao Sistema S.

O combate à violência contra a mulher é um legado do governo Lula, que superou as metas da área, com a Lei Maria da Penha e o treinamento de mais de 573 profissionais para atender as vítimas. A ONU Mulheres destaca a lei como uma das três melhores do mundo, e um modelo para outros países. De 2008 a 2010, o número de juizados especializados e varas de violência doméstica cresceu 94%, e os centros de referência, 34%. Dilma mantém prioridade para área, e os destaque foram no crescimento no número de núcleos de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e no número de núcleos do Ministério Público especializados no atendimento a mulher, que cresceram mais de 200% de 2010 a 2013. O número de defensorias especializadas, entretanto, caiu de 58 a 45 unidades em todo Brasil, uma diminuição de cerca de 20%. O alcance do disque 180, telefone de atendimento à vítima,

cresceu e o número virou disque-denúncia, como meta proposta pelo PNPM.

Mas, apesar dos avanços significativos na área, o governo ainda não sabe quem é a vítima. Faltam dados unificados e balizadores para entender qual é o perfil socioeconômico da mulher agredida e quem é o agressor, já que cada Estado coleta as informações das vítimas de maneira diferente.

No âmbito da autonomia da mulher, o governo Lula não conseguiu cumprir a meta de elevar taxa de atividade das mulheres em 5,2% na População Economicamente Ativa (PEA), entre 2003 e 2007. A meta cresceu cerca de 3% no período. Dilma também enfrenta dificuldades para cumprir suas metas da área. A promessa da construção de 6 mil creches, meta apontada como essencial pelos movimentos feministas, está bem aquém do ideal, a menos de um ano do fim do mandato. Segundo levantamento do iG, apenas 7% (um total de 417) estão prontas, 2.251 unidades em construção e, desse total, 1.232 foram autorizadas no governo Lula.

A assistente social Sônia Coelho, representante da Sempre Viva Organização Feminista e coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres, destaca a inclusão recente das mulheres moradoras de áreas rurais nas políticas sociais. “As mulheres do campo viraram sujeito das políticas públicas, coisa que antes não acontecia”, analisa. No PNPM, os direitos à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta é um capítulo específico, e conta com metas como aumento de linhas de crédito e de acesso a políticas específicas às mulheres rurais.

Pouca Representação

Ao chegar ao Planalto em 2011, Dilma gerou polêmica por se intitular “presidenta”, assim, no feminino, e não “presidente” da República. A ação causou estranheza em um País que, apesar de eleger a primeira mulher à Presidência com 56 milhões de votos, ainda sofre com a sub-representação feminina no legislativo e nas prefeituras. Dos 5.570 municípios do Brasil, apenas 675 (12%) são comandados por mulheres, segundo o IBGE. No Congresso, a situação é pior: apenas 8% das vagas são ocupadas por deputadas ou senadoras.

O problema é apontado pela ONU Mulheres como um grave entrave no

avanço da cidadania das brasileiras. “O Brasil precisa avançar muito na participação das mulheres em todos os espaços de poder e decisão - Executivo, Legislativo, Judiciário e empresas. Enquanto as mulheres não tiverem acesso ao poder, a equidade ainda será um dos maiores desafios a serem alcançados”, afirma Nadine.

O “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão” também é outro capítulo a parte no PNMP, mas esse sem grandes avanços. Para corrigir essa distorção, as militantes dos movimentos feministas defendem ir além do que a cota implantada por lei pela Justiça Eleitoral, que determina que 30% dos candidatos dos partidos sejam mulheres. Para elas, é necessária uma reforma política, que altere as regras de financiamento. “Ainda a vida das mulheres tem essa sobrecarga de trabalho muito grande que as mulheres não dispõem de tempo de participação. Tem que mudar o sistema político e as condições objetivas de vida da mulher”, defende Sônia.

O Instituto Patrícia Galvão divulgou uma pesquisa Ibope em julho do ano passado que mostra que 80% dos brasileiros consideram que deveria ser obrigatória a composição dos legislativos municipais, estaduais e nacional por metade de mulheres. Mas esse apoio teórico não se reflete na realidade. Essa sub-representação indica que, além de não se candidatarem em número suficiente, as mulheres brasileiras, maioria da população, não votam em mulheres. “A nossa sociedade é patriarcal, onde as mulheres são vistas como inferiores e elas muitas vezes incorporam essa ideologia e acreditam que os homens as representam melhor. A mulher ainda é vista como pertencente ao ambiente privado, que deve ficar em casa, e não é capacitada”, diz Sônia.

Acesse no site de origem: [Dilma mantém política para mulheres de Lula, mas ainda busca assinatura na área \(iG, 19/05/2014\)](#)

As creches de plástico

(Isto É) A história da educação pública brasileira está repleta de vexames patrocinados por gestores que buscavam saídas fáceis e rápidas para problemas sérios e crônicos. As famosas escolas de lata de São Paulo são um exemplo típico. Com o argumento da economia, há 16 anos o ex-prefeito paulistano Celso Pitta encheu a cidade de colégios feitos de latão. O que seria uma solução se transformou em escândalo investigado pelo Ministério Público e Tribunal de Contas. Marta Suplicy recebeu de Pitta a Prefeitura e não conseguiu acabar com todas as escolas de lata, tema que foi assombrar sua campanha nas eleições de 2008, como evidência de que as crianças pobres seguiam sem acesso decente à educação.



PERIGO

Segundo o Instituto dos Arquitetos do Brasil, construção leve e sem base pode não resistir a fortes chuvas e enxurradas. Apesar de o PVC não ser um propagador de chamas, em caso de incêndio sua fumaça é altamente tóxica

Mesmo com toda a turbulência passada, o PT parece não ter aprendido a lição. O governo volta a recorrer a um método heterodoxo, não testado o suficiente, para cumprir às pressas uma velha promessa eleitoral negligenciada. Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff havia se comprometido a entregar seis mil creches aos seus eleitores até o fim do mandato. Como as creches não ficariam prontas até as eleições de 2014, o governo decidiu inventar, substituindo as tradicionais construções de alvenaria por modelos

“padronizados”. Em alguns locais, as creches serão feitas com uma mistura de PVC e concreto, mas a maioria das unidades de ensino contratadas desde novembro de 2013 - três mil creches - será feita de placas de plástico incrementadas com uma camada de fibra de vidro.

A chamada técnica “sanduíche” será espalhada por todo o País, sem levar em consideração as diferenças climáticas, de relevo e outras intempéries que atingem um país de dimensões continentais. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apoiou-se apenas em uma norma de qualidade usada em construções de pré-moldados do programa Minha Casa, Minha Vida para autorizar a construção das creches de plástico. Nenhum ensaio de “destruição” foi feito para verificar a durabilidade das unidades de ensino, a resistência ao fogo e as suscetibilidades a condições climáticas comuns no País, como chuvas fortes e enxurradas.

Os problemas que as creches de plásticos poderão apresentar só serão definitivamente conhecidos quando as unidades de ensino estiverem totalmente prontas e em uso. Mas o projeto já desperta preocupações. O TCU e o Instituto dos Arquitetos do Brasil apontam deficiências. A falta de fundações estruturais nas creches pré-fabricadas pode expor as crianças a risco, dependendo da área em que a escola for instalada. Há risco de que o prédio leve e sem base não resista a fortes chuvas, por exemplo. Até mesmo a queda de uma árvore pode ser perigosa. Técnicos alertam que, apesar de o PVC não ser um propagador de chamas, em caso de incêndio sua fumaça é altamente tóxica. “É um equívoco lastimável para um País que quer entrar na roda do desenvolvimento. Criaram um padrão fora das normas para encaixar o programa. Passaram para as prefeituras um problema”, resumiu o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sérgio Magalhães. Uma das escolas em construção no município de Palmeiras, no Paraná, sofreu incêndio ao ser atingida por um raio. A creche não contava sequer com rede elétrica e teve grande parte de sua estrutura consumida pelo fogo.

Apesar de frágeis, as creches de plástico têm custo muito semelhante às de alvenaria. Uma unidade padrão construída pelo método convencional custa R\$ 1 milhão e a do método misto usando PVC, R\$ 900 mil. De acordo com o TCU, o governo não apresentou nenhuma justificativa econômica para a

aquisição das creches pré-moldadas. O único critério para mudar o projeto das escolas de alvenaria para as de plástico foi o menor tempo de construção. O Instituto dos Arquitetos do Brasil afirma que foi feita uma escolha política da rapidez em detrimento da qualidade, do conforto e da segurança das crianças. “É um retrocesso. Esse tipo de construção de PVC só vale para casos emergenciais”, afirma Magalhães.

OS RISCOS



Até o fim de 2013, apenas 1.103 creches da gestão Dilma haviam sido concluídas e outras 4,7 mil estão na fila da burocracia, com obras paralisadas. Mas com a adoção do chamado “método inovador”, a história das três mil novas creches contratadas com recursos do FNDE, no âmbito do programa Proinfância, será bem diferente. As empresas prometem entregar em 60 dias uma creche pré-moldada.

Além da polêmica em relação à padronização de um material de qualidade inferior para todo o País, o TCU questionou a concorrência que dividiu entre apenas duas empresas paranaenses R\$ 455 milhões em recursos para erguer as creches em todos os Estados. Empreiteiras que apresentaram método convencional de construção reclamaram que a concorrência foi dirigida, favorecendo a MVC Soluções em Plásticos, empresa que atestou ter experiência em pré-moldados por já ter feito escolas de plástico em Moçambique, Angola e em municípios devastados pelas chuvas na enchente de 2010, em Alagoas. A outra empreiteira que ganhou fatia milionária foi a Casa Alta, de Bauru, que só cresceu no ramo da construção civil ao migrar para o Paraná.

Acesse o PDF: [As creches de plástico \(Isto É - 14/03/2014\)](#)

[Acesse o site de origem](#)